

OS AVANÇOS E OS LIMITES DA QUEDA RECENTE DA DESIGUALDADE NO BRASIL.

OLIVEIRA e SILVA, Patrícia Andrade de¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar os avanços e os limites na análise da queda recente verificada na desigualdade no Brasil. É sabido que durante os anos 2000, a alteração verificada no Índice de Gini teve como efeitos a redução expressiva da pobreza extrema, com um crescimento de quase 20% na renda desses indivíduos. No entanto, apesar da melhora nos rendimentos - derivado da conjugação entre o aquecimento da economia nacional (com expansão do consumo, melhora dos preços relativos e maior atuação das políticas sociais) e internacional - alguns trabalhos argumentam que a desigualdade deve ser vista por um prisma multidimensional. Nesse sentido, pretende-se sintetizar e analisar a literatura acerca do tema, demonstrando as suas limitações e propondo novos enfoques para o estudo da realidade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade, Brasil, Índice de Gini.

ABSTRACT: This article pretends to analyze progress and limits the analysis of the recent fall in inequality observed in Brazil. It's known that during the decade of 2000, the change in the Gini coefficient was to effect a significant reduction in extreme poverty, with a growth of almost 20% on the income of these individuals. However, despite the improvement in income - derived from the combination between the warming of the national economy (with expansion of consumption, improved performance of relative prices and the social policies) and international - some studies argue that inequality should be viewed through a prism multidimensional. Accordingly, it's intended to analyze and synthesize the literature on the subject, demonstrating its limitations and proposing new approaches to the study of Brazilian reality.

KEYWORDS: Inequality, Brazil, Gine Index.

1. INTRODUÇÃO: AS RAÍZES DA DESIGUALDADE NO BRASIL.

Ao tratar a questão da desigualdade é preciso frisar que a mesma está enraizada em fatores históricos e estruturais da formação e consolidação da economia brasileira, colocando o país entre um dos mais desiguais do planeta². Nesse sentido, tais aspectos irão influenciar diretamente o planejamento e a execução das políticas públicas no país. Segundo o estudo realizado por Dedecca (2010), é

¹ Doutoranda em Desenvolvimento econômico pela UNICAMP – e-mail pandrade.eco@gmail.com

² Paes de Barros et. al. (2001) mostra que ao fim dos anos 1990, no ranking internacional, o Brasil era o terceiro país mais desigual entre 50 países selecionados, perdendo somente para a África do Sul e Malásia.

reconhecido o momento da abolição da escravidão e da constituição do mercado de trabalho livre (com relações de trabalho monetizadas) o marco do processo que desencadeará, anos depois, em altos índices de desigualdade.

Sendo assim, percebe-se que desde o descobrimento a forma como a propriedade da terra foi distribuída, através do regime de sesmarias, condicionou uma estrutura fundiária extremamente concentrada paralisando qualquer projeto de reforma agrária³ e excluindo os trabalhadores negros e livres do acesso à terra que, por consequência, causou uma elevada concentração de renda.

A partir desse momento, a consolidação do mercado de trabalho e das leis de regulação da propriedade fundiária enfatizaram, respectivamente, a utilização da mão-de-obra imigrante (especialmente da mão-de-obra italiana no complexo cafeeiro paulista) e a regulamentação da propriedade privada oriunda do regime de sesmarias (através da Lei de Terras), ou seja, a reafirmação da exclusão e desigualdade.

É interessante notar, ainda segundo a análise de Dedecca (2010), que a preferência pela mão-de-obra imigrante está ligada a diversas interpretações, entre elas: a dificuldade de mobilização da população das regiões Norte e Nordeste do país e a discriminação acerca dos trabalhadores negros e livres por parte dos produtores paulistas criava uma atmosfera favorável ao trabalhador imigrante europeu, visto com “bons olhos” pela sociedade patriarcal brasileira.

Assim, até a década de 1930, observa-se a ascensão do complexo cafeeiro paulista e a iminência do processo de substituição de importações centrado nesse estado (dando origem a algumas indústrias), em detrimento das demais regiões. É notável a falta de integração regional e a elevação da desigualdade entre os estados brasileiros, entretanto, com a intensificação do processo de industrialização e a necessidade de mão-de-obra, nos anos 1930/40 observa-se uma forte incorporação da força de trabalho oriunda do Nordeste, mesmo que tal fenômeno não tenha sido suficiente para absorver todo o contingente.

Durante esse período, com a ascensão industrial (implicando em maior participação estatal e elevação dos investimentos⁴ na economia) houve transformações na regulação do mercado de trabalho, que culminaram, entre 1940 e 1942, na constituição do salário mínimo e na Consolidação das Leis do Trabalho, a

³ Sobre a reforma agrária, Silva (2012) mostra que foi intenso o debate acerca dessa temática no Brasil, especialmente entre as décadas de 1960 e 1980. Atualmente, a concentração da propriedade da terra ainda é vista por muitos pesquisadores como uma das principais barreiras ao desenvolvimento do meio rural brasileiro, onde se concentra grande parte da pobreza e desigualdade no país.

⁴ É preciso destacar que apesar do investimento ser a variável dinâmica desse período, essa expansão encontrava-se restringida, uma vez que havia uma grande demanda pré-existente e esses investimentos não estavam centrados na indústria de base.

CLT, para os trabalhadores urbanos. Entretanto, durante o governo Vargas, a baixa participação dos trabalhadores urbanos facilitou a ação repressiva sobre os sindicatos e uma baixa participação das políticas de proteção social⁵.

Dessa forma, chegamos às décadas de 1960 e 1970 no auge do nosso processo de industrialização e crescimento econômico (o chamado “milagre econômico”), mas com uma baixa proteção social, elevada informalidade do mercado de trabalho, desigualdade regional e, por consequência, elevadas taxas de concentração de renda e da pobreza⁶ uma vez que o objetivo principal da política econômica era “crescer para depois distribuir”, segundo palavras do próprio ministro da fazenda desse período. Sobre essas duas décadas, Hoffmann (1978) afirma que os salários reais dos trabalhadores menos qualificados mantiveram-se constantes ou diminuíram, enquanto que o salário de todos os empregados aumentou, elevando expressivamente o Índice de Gini⁷ e colocando a problemática referente a desigualdade em uma das maiores polêmicas dentro da sociedade brasileira.

É sob esse contexto que chegamos à década de 1980, com a total estagnação do processo de crescimento econômico e a chegada de uma severa crise na economia. Ao mesmo tempo, é retomada a democracia e a nova Constituição é aprovada em 1988, dando pouca ênfase as dificuldades que o país enfrentava no setor externo, o que ampliou a crise e as dificuldades a serem enfrentadas. Após diversas tentativas de estabilização da economia, somente em 1989 foram realizadas as primeiras eleições diretas para a presidência da República e o seu resultado colocou no poder uma visão totalmente contrária às orientações propostas na nova Constituição.

Assim, a conjuntura política desfavorável culminou, na década de 1990, em um alinhamento com a ideologia neoliberal (em ascensão nos países desenvolvidos), ou seja, o foco deveria estar no alcance da tão desejada estabilidade monetária e,

5 Sobre esse tema, Draibe (1998) mostra que o desempenho dos programas sociais, até meados da década de 1970, esteve muito além das necessidades da população, pois era nula a capacidade de incorporação dos trabalhadores rurais e dos cidadãos pobres da região Nordeste e regiões metropolitanas, intensificando as desigualdades locais e regionais. Além disso, os programas que foram instaurados pouco contribuíram devido a sua estrutura estar relacionada às esferas federativas, reforçando a ineficiência dos gastos e a má focalização dos objetivos.

6 O número de indigentes chegou a quase 26 milhões de indivíduos em 1979, segundo Paes de Barros et. al. (2001).

7 O Índice de Gini está diretamente associado a curva de Lorenz, uma vez que ele é igual a duas vezes a área compreendida entre essa curva e a linha de perfeita igualdade, e como sua área varia entre 0 e 1/2, temos que o Índice de Gini varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo a 0 mais igualitária será a distribuição da variável, e quanto mais próximo de 1 maior será a concentração apresentada. (Silva, 2009).

nesse sentido, foram colocadas em prática associações com organismos multilaterais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que incidiram em abertura econômica, flexibilização do mercado de trabalho, ausência do Estado como provedor de políticas sociais, entre outras.

Segundo a análise desenvolvida por Paes de Barros et. al. (2001), como consequência das políticas colocadas em prática, o nível de desigualdade se manteve estável, pois ao analisar o Índice de Gini o mesmo passou de 0,62 em 1990 para 0,60 em 1999. Tal constatação leva a conclusão que os 10% mais ricos obtinham uma renda média quase 30 vezes superior as dos 40% mais pobres. Além disso, foram muitos os efeitos perversos sobre o mercado de trabalho, pois a estabilização monetária foi conquistada com um amplo processo de racionalização da estrutura produtiva e quedas na produção e no emprego (especialmente o emprego formal). Os efeitos só não foram piores devido a política de valorização do salário mínimo colocada em prática (atenuando a elevação dos níveis de pobreza), o que não contribuiu para modificar a desigualdade pré-existente.

Vale salientar duas dificuldades estruturais que permaneceram e em algumas situações foram agravadas durante o período de consolidação da democracia brasileira: a elevada disparidade regional (com destaque para as regiões Sul e Sudeste, em detrimento das regiões Norte e Nordeste) e a predominância da pobreza no meio rural, o que nos remete a questões aqui já mencionadas, como a ausência ou ineficiência das políticas regionais, a reforma agrária e as políticas agrícolas.

Dessa forma, inicia-se a década de 2000 com um mercado de trabalho desestruturado, nível elevado de desigualdade e pobreza, falhas na condução da política social e regional. No entanto, observa-se a recuperação dos níveis de atividade econômica, o que inicia uma trajetória de desempenho favorável do mercado de trabalho e tem impactos significativos sobre a pobreza e a desigualdade. Assim, com a mudança no perfil da desigualdade, mostra-se necessário estudar esse tema de forma aprofundada, verificando a sua real contribuição para o desenvolvimento econômico.

Portanto, a partir do conhecimento histórico e estrutural da economia brasileira, o objetivo desse artigo é sintetizar e analisar a literatura a respeito da queda recente da desigualdade, apontando suas falhas e sugerindo novos critérios e enfoques para a análise. Para tanto, será realizada uma revisão da bibliografia sobre o tema e o trabalho está estruturado em cinco seções, além dessa introdução: a primeira enfoca a análise sobre o período atual e os impactos sobre a desigualdade; a próxima seção demonstra as limitações apresentadas nas análises sobre a distribuição de renda; a terceira analisa a necessidade da adoção de novos critérios para a mensuração da desigualdade, salientando a importância da análise regional e

local e, nas duas seções finais serão realizadas, respectivamente, as considerações finais e as referências bibliográficas.

1. O PERÍODO ATUAL E OS IMPACTOS SOBRE A DESIGUALDADE (DE RENDA) BRASILEIRA.

Conforme salientado anteriormente, no período recente o país retomou uma trajetória expressiva de crescimento, conjugada pelo crescimento do mercado interno e externo (fato inédito na história brasileira) e, diante dessa conjuntura, o setor industrial recuperou seu fôlego, o setor público voltou a ter capacidade de investimento e foram reforçadas as políticas ligadas ao mercado de trabalho e sociais e, entre as diversas iniciativas de combate à pobreza, deve-se destacar: o programa Bolsa Família, Saúde da Família, a política de valorização salarial e de educação básica. Além disso, é preciso salientar que esse ciclo de crescimento levou a uma melhora dos preços relativos (com valorização cambial), o que somado a elevação do salário mínimo impulsionou o consumo, o crédito e gerou um efeito multiplicador sobre o crescimento.

Os efeitos dessa conjuntura foram refletidos nas condições de pobreza e desigualdade, pois desde 2004 é ascendente a queda registrada da miséria extrema e da desigualdade. Entretanto, antes de avaliar a real queda da desigualdade é preciso, em um primeiro momento, ter clareza acerca das diferentes metodologias utilizadas para mensurá-la, pois de acordo com o método utilizado os resultados podem ser distintos.

2.1 Considerações metodológicas

Muitos são os trabalhos que avaliam a evolução da desigualdade no Brasil e, por isso, muitos são os critérios utilizados. Dedecca (2010) organiza as diferentes abordagens em três perspectivas metodológicas distintas: o enfoque sobre o mercado de trabalho, sobre o sistema de proteção ao trabalho e social e a propriedade de ativos financeiros e não financeiros.

De acordo com o primeiro enfoque, é enfatizada a importância quantitativa e qualitativa do trabalho em termos econômicos, sociais e políticos para a sociedade e, dentro desse contexto, a renda do trabalho ganha significativa relevância para mensurar as condições de vida da população, o que leva a crer que mudanças nas desigualdades estariam estritamente relacionadas com a distribuição do excedente produtivo. Ainda segundo Dedecca (2010), ao analisar a evolução recente do mercado de trabalho, o autor mostra que é nítida a sua recuperação frente à década de 1990, pois a expansão econômica tem sido reforçada pela autonomia energética conquistada nos últimos 15 anos (o país passou a ser exportador líquido de *commodities* energéticas), o que refletiu positivamente sobre os demais setores da

economia e, entre eles, destaca-se o setor industrial (que vem retomando fôlego através de ações de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES) além das significativas mudanças na política do salário mínimo, duplicando seu valor real em pouco mais de dez anos.

Assim, observa-se um impacto significativamente positivo sobre os rendimentos do trabalho, o que leva muitas pesquisas a enfatizarem esse tipo de análise (além da maior facilidade em obter dados da renda auferida pelo trabalho) e, sendo assim, a renda do trabalho será a principal referência para a análise da desigualdade.

No segundo caso, a construção de uma estrutura de proteção social impacta diretamente sobre a distribuição secundária do excedente produtivo e a própria distribuição de renda. Apesar desse sistema apresentar várias falhas institucionais e de execução, esses gastos chegam a representar 20% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Existem duas formas de captar as rendas oriundas das políticas públicas: a primeira de natureza monetária (rendimentos da previdência, seguro desemprego, renda mínima e etc.) e a segunda diz respeito às rendas auferidas em espécie, via acesso a serviços públicos sem a contrapartida monetária. A dificuldade em captar os valores referentes especialmente ao segundo caso faz com que esse tipo de análise não seja muito utilizada.

Por último, temos o enfoque acerca da propriedade de ativos financeiros e não financeiros. Infelizmente, é extremamente reduzida a fonte de informação acerca desse tipo de rendimento, enquanto que os mesmos têm relevância por serem extremamente desiguais e concentrados nos estratos superiores, pois a própria dinâmica capitalista das últimas décadas vem ampliando a financeirização e a diversificação dos portfólios, ampliando a dimensão financeira dos indivíduos e empresas. Entretanto, devido à dificuldade e a subestimação desses valores, tornou-se extremamente complicado verificar o peso dessas rendas na distribuição do produto brasileiro e de que forma tais rendas contribuem para o aumento da disparidade entre ricos e pobres.

Portanto, muitas são as formas possíveis de captação da desigualdade, mas a falta de acesso a dados confiáveis prejudica a análise, especialmente no que diz respeito à aferição dos rendimentos financeiros, que ganharam destaque nos anos 2000, inclusive sendo o centro das atenções na crise econômica mundial registrada a partir de 2007.

2.2. A evolução recente: o olhar sobre a evolução dos rendimentos

Após examinar as diversas formas de mensuração da desigualdade, é notável que existem diversos trabalhos que estudaram esse tema nos anos 2000, especialmente no período entre os anos 2001 e 2004. Como exemplo é possível citar

os trabalhos do IPEA (2006) e Soares (2006), que compõem um amplo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre o tema, onde a queda é analisada através dos dados disponíveis acerca da evolução da distribuição dos rendimentos.

No entanto, o trabalho do IPEA (2006) trabalha com os dados da renda familiar *per capita*⁸, enquanto que o estudo de Soares (2006) considera a renda domiciliar *per capita*⁹ captadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, a PNAD. De acordo com o primeiro trabalho, o grau de concentração de renda caiu 4% entre 2001 e 2004, com o Índice de Gini passando de 0,593 para 0,569. São cinco os principais fatores determinantes da renda familiar *per capita*: características demográficas das famílias; transferências de renda; remuneração dos ativos; acesso ao mercado de trabalho e a distribuição dos rendimentos do trabalho.

Ainda segundo IPEA (2006), no que diz respeito às características demográficas nota-se que aumentou a participação dos adultos na composição familiar brasileira, mas tal fator teve uma contribuição pequena na redução da desigualdade, visto que se a proporção de adultos não se alterasse, o impacto na queda teria sido inferior a 2%. Observando as transferências de renda¹⁰ em conjunto, as mesmas representam cerca de 1/3 da redução na concentração de renda, o que demonstra uma expressiva contribuição, e tal fato deve ser atribuído a expansão das políticas de transferência de renda após 2003, através da criação do Programa Fome Zero, com o destaque para o programa Bolsa Família¹¹ e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que aumentaram significativamente a sua área de cobertura, com inclusão da população dos estratos inferiores de renda.

Em relação à remuneração dos ativos, segundo os dados da PNAD, tais fatores não afetaram de forma significativa a redução da desigualdade. No entanto, é necessário frisar que até mesmo o IPEA (2006) enfatiza as possíveis subestimações

⁸ Nesse estudo, a desigualdade de renda foi escolhida como variável de análise por duas razões: por ser o resultado que pode ser facilmente mensurado e porque é um dos principais determinantes dos demais resultados. Além disso, optou-se pela distribuição de pessoas segundo a renda familiar *per capita* e a razão decorre do fato do bem-estar de um indivíduo depender não apenas de seus próprios recursos, mas também dos recursos da família a que ele pertence. (IPEA, 2006).

⁹ Nesse caso, foi considerada a renda domiciliar *per capita* somando todas as rendas disponíveis na Pnad (monetárias e não monetárias) e a construção do domicílio foi feita considerando todos os parentes e pensionistas como parte do mesmo. (Soares, 2006).

¹⁰ O trabalho captou as transferências que são cabíveis de aferição pela PNAD, sendo elas: o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pensões e aposentadorias públicas, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Bolsa Escola.

¹¹ O Bolsa Família voltará a ser analisado com maiores detalhes na próxima seção.

captadas por esses rendimentos na PNAD¹², o que limita expressivamente o rigor da análise. Ao analisar o mercado de trabalho, o acesso a postos de trabalho, a queda do desemprego e a elevação da participação são fatores que ajudam a explicar a mudança nos padrões da desigualdade, mas no acumulado não representam 3% da redução verificada.

Nesse sentido, um fator considerado essencial é a distribuição dos rendimentos do trabalho, pois a queda na desigualdade desses rendimentos chega a representar metade da queda total na desigualdade da renda familiar observada entre 2001 e 2004. Dentre os fatores que mais influenciaram destaca-se a queda na desigualdade educacional dos trabalhadores brasileiros, pois a heterogeneidade etária e de experiência na força de trabalho está diminuindo, apesar da diferença salarial de gênero, a disparidade regional e as diferenças salariais entre os trabalhadores formais e os informais ainda serem os fatores preponderantes para explicar os diferenciais de remuneração no país.

É nítida a predominância e importância dos rendimentos do trabalho e, observando especificamente os anos entre 2001 e 2004, o estudo mostra que houve uma elevação anual da renda dos mais pobres de 7,2% para 9,2%, apesar da renda *per capita* ter declinado 0,9% ao ano. Além disso, o crescimento da renda dos 20% mais pobres foi 20 pontos percentuais acima dos 20% mais ricos e, com isso, foi significativo o impacto sobre a pobreza extrema. De acordo com os dados da mesma pesquisa, do ponto de vista dos mais pobres a queda de 4% no Índice de Gini representa uma elevação de 20% na renda familiar *per capita* o que, de acordo com o quadro abaixo, contribuiu para que a porcentagem dos extremamente pobres caísse mais de 2% no mesmo período.

Além disso, para reforçar os resultados encontrados no estudo anterior, Soares (2006) evidencia que para qualquer medida utilizada o ano de 2004 é o ano mais igualitário (do ponto de vista da renda domiciliar *per capita*) desde 1984, ainda que a renda média desse ano não tenha crescido, situando-se abaixo das rendas verificadas nos anos após o Plano Real (1995-98). Sendo assim, fica evidente que

¹² Segundo IPEA (2006, p. 25), “as medidas de desigualdade de renda obtidas a partir da Pnad têm suas limitações, a quais decorrem da dificuldade da pesquisa em captar adequadamente algumas fontes de renda como, por exemplo, a renda não monetária dos pequenos agricultores, o rendimento de ativos e as rendas voláteis que vão desde ganhos com loterias até o seguro-desemprego ou a multa por demissão sem justa causa. As estimativas de renda baseadas em pesquisas domiciliares desse tipo tendem a subestimar a renda total das famílias. (...) Por um lado, a renda dos mais ricos deve estar subestimada em razão da subdeclaração dos rendimentos de ativos; por outro lado, a renda dos mais pobres deve estar subestimada em razão da subdeclaração de rendimentos não monetários e de transferências eventuais”.

houve uma transferência de ganhos dos mais ricos para os mais pobres e, também por isso, a queda verificada merece ser comemorada.

Tabela 1. Indicadores de Pobreza e Extrema Pobreza no Brasil.

Indicadores	2001	2004	Varição (em pontos percentuais)
Pobreza			
Porcentagem de Pobres	33,3	31,5	-1,8
Hiato de pobreza	15,1	13,1	-1,9
Severidade da pobreza	9,3	7,7	-1,6
Extrema Pobreza			
Porcentagem de Pobres	14,3	12,0	-2,2
Hiato de pobreza	6,2	4,8	-1,4
Severidade da pobreza	4,0	3,0	-1,0

Fonte: IPEA (2006).

O mesmo estudo também enfatiza que um fator importante para a queda registrada, além da renda do trabalho, foi o aumento da participação dos programas de transferência de renda, especialmente após o ano de 2003. Segundo os dados analisados, a categoria de renda relacionada a “juros, dividendos e Bolsa Família” passou de campeã de concentração entre 1995-98 para vice-campeã de desconcentração em 2004. Dessa maneira, faz-se necessário um olhar mais atento acerca das modificações registradas no campo das transferências de renda, especialmente sobre o Bolsa Família, tema a ser explorado no próximo subitem.

1.1. Transferências de Renda: o Bolsa Família

Os programas de transferência de renda contribuíram para a queda da desigualdade e, dentre os diversos programas executados pelo governo Lula, merece destaque o programa Bolsa Família, um programa de transferência condicionada de renda que faz parte de um amplo programa de combate à pobreza, o Programa Fome Zero (PFZ).

De forma geral, o PFZ tinha como objetivo principal a extinção da fome no país através de ações integradas por uma política permanente de segurança alimentar. Dessa maneira, os diversos programas sociais de transferência de renda existentes foram unificados e o Cartão Alimentação, uma das principais ações específicas do Programa Fome Zero, foi incorporado ao Programa Bolsa Família. (Silva, 2009).

O Bolsa Família, criado em 2003, tornou-se o principal programa de transferência de renda do governo e sobre as suas características, pode-se afirmar que a seleção é feita pela esfera municipal e com dupla checagem em âmbito federal. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), os valores e as condicionalidades do programa são: a) Benefício Básico (R\$ 70, concedidos apenas a famílias extremamente pobres, com renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 70); b) Benefício Variável (R\$ 32, concedidos pela existência na família de crianças de zero a 15 anos, gestantes e/ou nutrízes – limitado a cinco benefícios por família); c) Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) (R\$ 38, concedidos pela existência na família de jovens entre 16 e 17 anos – limitado a dois jovens por família); e d) Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE, valor calculado caso a caso). Esses valores são o resultado do reajuste anunciado em 1º de março e vigoram a partir dos benefícios concedidos em abril de 2011.

As condicionalidades do programa são: a) 85% de frequência às aulas, para crianças em idade escolar; b) atualização do cartão de vacinação para crianças de até 6 anos e visitas regulares ao posto de saúde tanto para grávidas, para o pré-natal, como para mães que estiverem amamentando. Além disso, membros das famílias sem registro civil terão acesso aos documentos de identificação¹³. É possível afirmar que o programa se articula em torno de 3 dimensões: a promoção do alívio imediato da pobreza; incentivo ao cumprimento dos direitos sociais básicos e a coordenação de programas complementares para superar a situação de vulnerabilidade dessas famílias, como por exemplo, o fornecimento do registro civil e os programas de alfabetização de adultos. (Cruz e Pessali, 2008).

Além disso, segundo pesquisa de opinião realizada com 4 mil beneficiários, os recursos recebidos pelo programa foram gastos da seguinte maneira: em primeiro lugar os gastos com alimentação (76,4%); logo após estão os gastos com roupas e calçados (5,4%) e, por último estão os gastos com remédios e aluguel. (Weissheimer, 2006). Assim, foram muitos os efeitos positivos adquiridos com o programa, efeitos que contribuíram diretamente para a queda de 1/3 na desigualdade e deram enorme visibilidade ao Bolsa Família, que passou a ser visto como “programa-modelo” a ser seguido por outros países.

Nesse sentido, Souza (2010) mostra que a partir do Bolsa Família outras iniciativas semelhantes foram colocadas em prática na América Latina. Um dos principais exemplos é o programa de transferência direta de renda peruano, o “Juntos”, implementado em 2005 com o objetivo principal de combater a pobreza

¹³Valores dos benefícios no ano de 2011. Para maiores informações acerca do Programa Bolsa Família, acessar: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios>.

extrema no país. Dessa maneira, o benefício de 100 soles mensais (em torno de R\$ 60,00) era destinado a famílias com filhos menores de 14 anos e/ou com mulheres gestantes abaixo da linha de indigência, incluindo condicionalidades semelhantes àquelas do Bolsa Família. Segundo levantamento feito em 2009, o programa atendia a cerca de 470 mil domicílios, o que representa, em termos orçamentários, cerca de 521 milhões de soles (cerca de 300 milhões de reais). Ainda segundo o mesmo estudo, os efeitos positivos do Bolsa Família mostraram-se presentes também na análise do “Juntos” no Peru, especialmente no que diz respeito à diminuição da pobreza extrema e a elevação do acesso aos serviços públicos.

Assim, o Bolsa Família é um programa de destaque nacional e internacional, razão pela qual o mesmo tornou-se um dos principais triunfos do governo Lula. Entretanto, apesar de sua incontestável relevância, é preciso salientar que ainda há muito o que melhorar em sua implementação, pois não são raros os casos de desvios de verba, fraudes em cadastramentos, beneficiários fantasmas e etc. Além disso, Souza (2010) e outros pesquisadores enfatizam a necessidade de coordenação dessas políticas com as demais, como por exemplo, o acesso à educação de qualidade e ao mercado de trabalho, para que as famílias consigam obter uma “porta de saída” do programa¹⁴.

Portanto, segundo a análise da composição dos rendimentos, é nítida a importância dos rendimentos do trabalho (visto o aquecimento da economia, maior formalização do mercado de trabalho e valorização do salário mínimo) e das transferências de renda para a diminuição da desigualdade recente. Porém, analisar a desigualdade somente através da distribuição dos rendimentos entre as famílias ou os domicílios compreende todos os aspectos da desigualdade brasileira? A resposta é não e, por isso, pode-se afirmar que essas análises obtêm limitações tanto no que diz respeito a própria metodologia usada para analisar os rendimentos, como a não captação de fatores extremamente importantes e nem sempre quantificáveis. Sendo

¹⁴ É preciso frisar que desde a sua implementação até os dias atuais 40% dos beneficiários do Bolsa Família deixaram de receber o benefício. As principais razões estão ligadas fundamentalmente: a valorização do salário mínimo e a entrada no mercado de trabalho, o que representa um aspecto positivo da economia brasileira durante esse período. Outras causas identificadas foram: o não cumprimento das condicionalidades do programa e falta de revisão cadastral. No entanto, segundo uma entrevista dada por Tiago Falcão (secretário do MDS), o mesmo frisa que “os dados de saída do Bolsa Família precisam ser vistos com cautela por se tratarem de um estoque. Há sempre famílias entrando e saindo. E quem saiu pode ter retornado. E mesmo aqueles que alcançam o mercado formal de trabalho permanecem muito pouco tempo nessa situação, e para os grupos mais vulneráveis a rotatividade no emprego é ainda maior”. Acesso a íntegra da reportagem em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/desistencia-do-bolsa-familia-chega-a-40.html>>.

assim, esse trabalho investigará essas limitações e irá lançar a possibilidade de novos enfoques para a questão.

3.LIMITAÇÕES: DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DA RENDA.

No que diz respeito à análise da distribuição dos rendimentos, Dedecca et. al. (2008) mostra que desde o surgimento das Contas Nacionais a distribuição de renda pode ser vista por dois aspectos distintos: a distribuição pessoal e a funcional.

Nota-se que a distribuição pessoal, mais utilizada nos estudos sobre desigualdade de renda no país, capta as rendas auferidas através do trabalho, do sistema de proteção nacional e da propriedade de ativos e, no entanto, sua abrangência é limitada uma vez que a declaração de renda pessoal não informa os rendimentos obtidos com a valorização de ações e títulos, bem como de aplicações financeiras e lucros retidos. Além disso, ela também não capta os rendimentos não monetários e, conforme demonstrado anteriormente, é ampla a subdeclaração de renda dos estratos superiores no Brasil. Tais limitações encontram-se presentes em quase todos os estudos disponíveis acerca dessa temática no país, incluindo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, a PNAD.

No caso da distribuição funcional, ela também pode ser designada como apropriação primária de renda, sendo que a distribuição é analisada a partir: a) do excedente bruto das empresas; b) remuneração do trabalho e c) impostos e contribuições sociais. Além disso, são deduzidos os rendimentos enviados ao exterior (inclusive os via importação) e adicionadas as rendas recebidas do exterior (inclusive as exportações). Assim, a distribuição funcional reflete a própria distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) de determinado país. No entanto, tal distribuição também apresenta limitações, uma vez que as Contas Nacionais são divulgadas somente uma vez por ano e não há possibilidade de desagregar a análise por regiões, municípios ou por local do domicílio o que, para o caso brasileiro, é uma restrição importante, visto a grande disparidade regional e local a qual o país está submetido¹⁵.

Dedecca et. al. (2008) compara essas duas formas de mensuração para o ano de 2005 e percebe-se que a massa de renda informada pela PNAD corresponde a aproximadamente 45% do PIB. Além disso, ao somar as rendas do trabalho, as aposentadorias e pensões, tal montante corresponde a 43% do PIB, o que demonstra claramente uma limitação no uso dos dados das PNAD's. Ainda segundo o mesmo estudo, ao observar a evolução da distribuição funcional da renda entre 1990 e 2005,

¹⁵ Os aspectos referentes a desigualdade regional e local serão abordados novamente na seção 4.

conforme o gráfico abaixo, é perceptível que a participação da renda do trabalho declinou durante os anos 1990 e a mesma só voltou a crescer a partir de 2004.

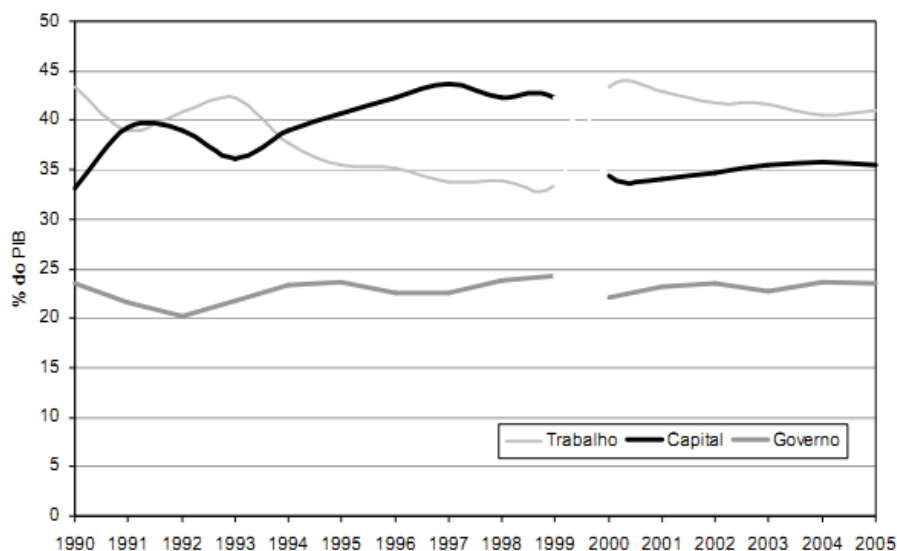


Gráfico 1. Evolução da Distribuição Funcional da Renda. Brasil, 1990-2005.

Fonte: Dedecca et. al. (2008).

Assim, nos dois “tipos” de distribuição será possível encontrar limitações e é preciso que as análises reconheçam tais limites, percebendo que a análise da desigualdade é muito mais complexa do que aparenta ser. Especialmente no caso brasileiro, ao verificar nossa história e nosso modelo de desenvolvimento, a desigualdade engloba muito mais do que a análise seja da renda pessoal ou funcional (apesar de ambas serem significativas), o que emerge uma discussão acerca de desigualdades (no plural) e de multicritérios para estabelecê-la, fatores a serem discutidos no próximo tópico.

4. Novas propostas metodológicas e novos desafios

De acordo com a análise precedente, apesar da renda ser um fator determinante para a mensuração da desigualdade não é possível analisar essa questão somente por esse fator, especialmente por não incorporar as questões sociais. Entretanto, é possível afirmar que a dimensão social é importante? Dedecca (2012) mostra que o processo de desenvolvimento do capitalismo no país encontra-se atrelado a uma complexidade institucional que estabelece e interfere nas políticas

públicas, atuando diretamente sobre a desigualdade, o que caracteriza a multidimensionalidade.

Diversos foram os autores que trataram dessa questão dentro do pensamento econômico e, nesse sentido, ainda segundo Dedecca (2012) vale destacar a impossibilidade da reprodução do sistema capitalista de forma estável, pois é notória a existência de instituições “extra-mercado” que influenciarão na tomada de decisões, tornando inviável a análise das alterações de uma sociedade somente pelo viés monetário, visto a contínua interação entre fatores econômicos, sociais e políticos.

Dessa maneira, para captar a realidade acerca de desigualdade, qual seria o melhor método? Ao considerar que a dinâmica de consolidação da sociedade brasileira tem sido influenciada tanto por fatores econômicos como sociais, temos então uma nova forma de análise. Para tanto, é preciso buscar um enfoque multidimensional, que incorpore não só a dinâmica econômica como a social. Nesse sentido, emergem dois aspectos: o econômico (englobando duas dimensões: a renda corrente e os estoques) e o social (com diversos fatores, tais como: a dimensão agrária, ambiental, educacional, saúde, educação e etc.).

Para mensurar esses fatores, Dedecca (2012) enfatiza que na análise econômica a renda corrente é a mais fácil e a unidade de medida mais utilizada para mensurar a desigualdade¹⁶ (conforme visto anteriormente) e, em relação aos estoques (inclusive o patrimônio) as informações sempre foram e continuam sendo desconstruídas, no entanto, essa dimensão preocupa cada vez mais economistas e sociólogos, devido o avanço do processo de financeirização da riqueza, especialmente após a década de 1970.

Pela ótica social, é perceptível que a mesma engloba diversos fatores difíceis de mensurar, mas que estão correlacionados com a estrutura institucional vigente no país e, devido a isso, cada vez mais pesquisadores vem tentando incluir esse tipo de análise ao tratar de questões relacionadas direta ou indiretamente com a desigualdade. Em um esforço de síntese das diversas variáveis que compõe uma análise multidimensional da desigualdade, Dedecca (2012) mostra que deverão ser consideradas as seguintes dimensões:

¹⁶ As análises sobre a desigualdade de renda corrente captam os rendimentos antes da dedução tributária e, devido a complexa estrutura tributária brasileira, ainda não foi possível captar a renda corrente após a dedução dos impostos. (Dedecca, 2012).

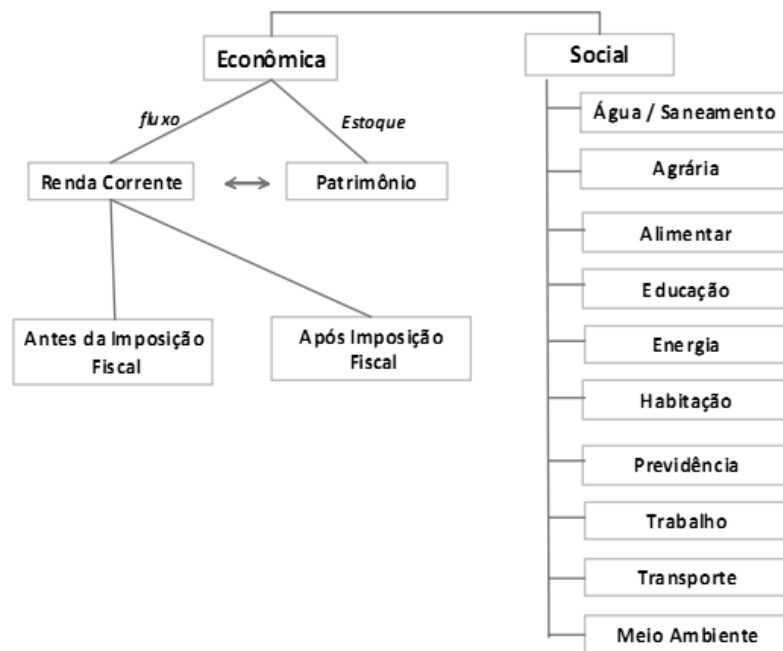


Gráfico 2. As desigualdades e suas dimensões.

Fonte: Dedecca (2012).

Portanto, para incorporar novas variáveis e traçar um retrato (o mais próximo possível) da desigualdade no país, o mesmo autor propõe uma análise com multicritérios, a ser explorada no próximo subitem.

4.1. A análise com multicritérios

Conforme demonstrado no item anterior, na análise da desigualdade através de multicritérios há a incorporação de fatores econômicos e sociais e, nesse sentido, segundo Dedecca (2012, p. 8), utilizando dados da PNAD e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), a metodologia consiste em:

Assumir que a renda corrente se constitui em uma referência fundamental para a condição de bem-estar das famílias, particularmente quando se considera o elevado grau de monetização do padrão de consumo em nossa sociedade, ela foi adotada como referência básica. Considerando-se a renda familiar corrente per capita,

foram definidos 20 agrupamentos de famílias. Em seguida, foram elaborados indicadores médios relativos ao acesso às políticas sociais para as famílias 25% mais pobres e as 10% do último estrato superior. Finalmente, se estabeleceu a relação de cada indicador das famílias do estrato 25% mais pobres com aquele do estrato superior (10%). Isto é, se estabeleceu um novo indicador de distância relativa entre os dois agrupamentos, onde a situação igual a 1 (um) se constitui na condição de ausência de desigualdade entre estratos em uma determinada dimensão social.

Os resultados obtidos para o ano de 2009 mostram que apesar da melhora em alguns indicadores no comparativo com o ano de 2003, a desigualdade permanece elevada para a maioria dos indicadores, especialmente em relação às variáveis sociais, como por exemplo: a taxa de analfabetismo, proporção de famílias com rede apropriada de esgoto e proporção de famílias sem acesso a energia elétrica. Além disso, chama a atenção a redução da desigualdade no que diz respeito à incidência do trabalho infantil, a proporção de famílias sem parede apropriada na residência, defasagem escolar e taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos¹⁷.

É possível verificar que grande parte dos indicadores está com valores bem próximos a 1, o que evidencia que as mudanças observadas para as famílias pobres também foram captadas pelas famílias ricas, demonstrando que não houve diferenças entre os estratos, apesar de ser notável a melhora de muitos indicadores, beneficiando a população pobre.

Portanto, fica claro que as análises centradas somente nos rendimentos correntes não são suficientes para esclarecer as questões relacionadas a desigualdade, ou seja, é possível afirmar que há uma queda sustentada da desigualdade no Brasil? Obviamente temos uma melhora significativa em relação aos períodos anteriores (especialmente ao olhar a evolução dos rendimentos), entretanto, é nítido - através da análise apresentada - que ao considerar outros fatores (com ênfase nos de cunho social) tal desigualdade ainda permanece elevada.

¹⁷ Sobre a educação é necessário frisar que uma das condicionalidades do Bolsa Família está na obrigatoriedade dos filhos irem a escola, o que pode ter contribuído significativamente para a diminuição da desigualdade dessa variável. No entanto, não está mensurada a qualidade do ensino prestado e é sabido que muitos são os problemas a serem enfrentados nessa área, especialmente nas áreas rurais, onde são comuns escolas com insuficiência de infraestrutura e salas superlotadas e/ou multisseriadas.

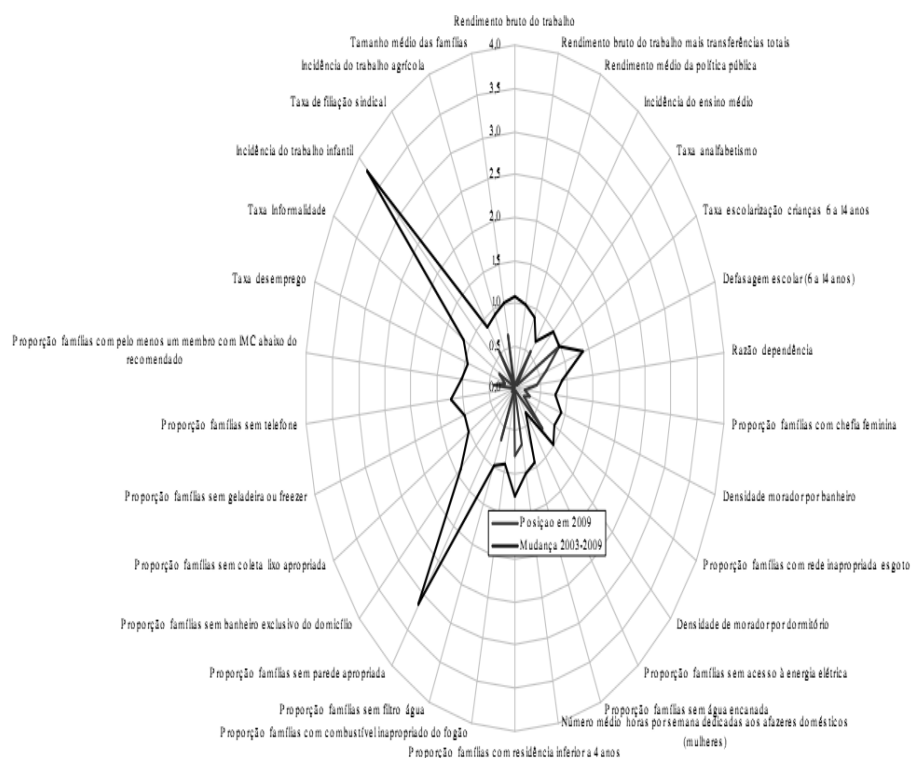


Gráfico 3. Indicadores de Desigualdade. Brasil, 2003-2009.

Fonte: Dedecca, 2012.

Sobre o assunto, deve-se considerar que mesmo do ponto de vista econômico essa queda da desigualdade está atrelada a fatores conjunturais, como o bom desempenho da economia interna e externa, as políticas sociais implementadas, a retomada da capacidade de investimento do Estado, a melhora nos preços relativos e a estabilidade monetária. Entretanto, é possível afirmar que tal conjuntura não irá se modificar nos próximos anos, especialmente após a iminência e o aprofundamento da crise econômica europeia?

Os sinais já demonstram que algumas variáveis apresentam certa reversão nos últimos tempos, especialmente em relação aos preços relativos, pois a moeda

encontra-se desvalorizada¹⁸ e as projeções mostram que a mesma não deve voltar a se valorizar em um horizonte de médio prazo, o que não sustenta a conjuntura baseada na valorização do salário mínimo, elevação das políticas sociais e melhora dos preços relativos.

Portanto, é necessário ficar atento a essas mudanças e (mais do que isso) perceber que apesar da melhora ainda temos um longo e árduo caminho a percorrer, pois não será possível alcançar o tão esperado desenvolvimento unicamente através da melhora das condições de renda dos indivíduos que, apesar de ser importante, não sustenta mudanças qualitativas tão necessárias para a população.

Outros fatores de ordem estrutural e que contribuem para esse cenário são: a elevada desigualdade regional e local no país. Conforme visto na seção introdutória desse trabalho, a formação econômica brasileira foi constituída através da exclusão quase que permanente dos trabalhadores rurais tanto do acesso à terra como das políticas e dos direitos sociais, além da forte concentração regional dos ciclos de investimento nos estados do Sul e Sudeste do país, quase que marginalizando as outras regiões brasileiras.

Ao observar os dados da PNAD referentes a População em Idade Ativa (PIA) abaixo da linha de indigência¹⁹ no país em 2008, Silva e Ramos (2012) deixam evidente que entre quase 15 mil pessoas vivendo com menos de R\$ 200,00/mês (de acordo com o salário mínimo vigente naquele ano), grande parte delas está concentrada nas regiões Norte e Nordeste, e em especial nas áreas rurais, conforme demonstra o gráfico quatro.

Portanto, é evidente que a construção social ligada à manutenção das diferenças entre as regiões e as localidades permeia toda a história brasileira e ainda continua fortemente presente, o que contribui significativamente para ampliar a pobreza e a desigualdade e, por isso, para além de uma análise com multicritérios é preciso olhar para as questões regionais e locais, os próximos temas a serem abordados.

¹⁸ Sobre o assunto, segundo reportagem publicada pelo Valor Econômico em maio de 2012, a desvalorização da moeda já está sendo sentida pela indústria nacional e, além disso, “ainda há a questão do endividamento do consumidor e certa saturação do ciclo de consumo”. Acesso em: <<http://www2.valoronline.com.br/brasil/2679596/desvalorizacao-do-real-ja-mexe-com-mercado-externo-da-industria#ixzz1z60EwBAQ>>.

¹⁹ População em Idade Ativa, a PIA, diz respeito a todos os indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos de idade. A linha de indigência considera todos os indivíduos que declararam receber menos de ¼ de salário mínimo no ano da pesquisa. (Silva e Ramos, 2012).

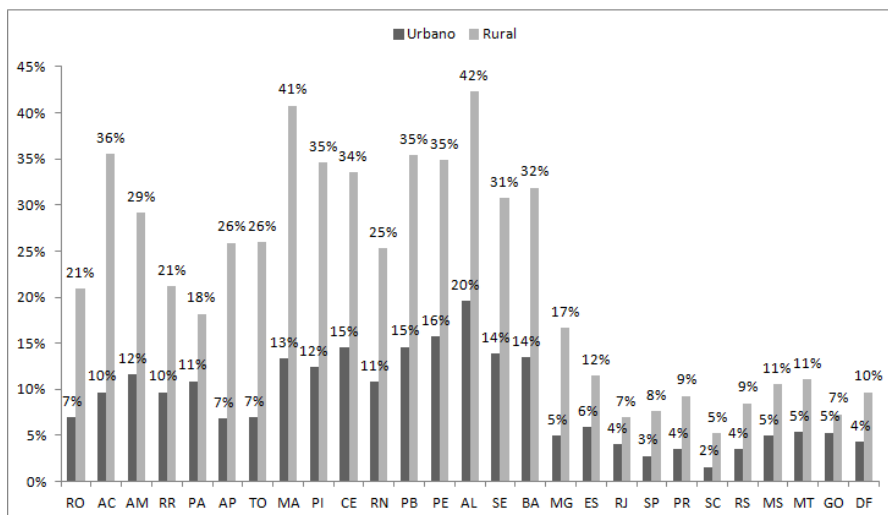


Gráfico 4. Porcentagem da PIA abaixo da linha de indigência no Brasil, segundo os estados e o local de domicílio em 2008.

Fonte: Silva e Ramos (2012).

4.2. A importância da questão regional e local

Observando o desenvolvimento brasileiro a questão regional sempre esteve presente, pois como afirma Cano (2007), durante a consolidação do processo de industrialização, os efeitos de estímulo e inibição ao desenvolvimento se alternaram, sendo que os efeitos de estímulo ocorreram de forma mais intensiva nos locais próximos as regiões mais desenvolvidas (o eixo Centro-Sul) e os de bloqueio e destruição com maior força nas regiões mais afastadas do país. Assim, verifica-se que a partir da fase relativa à industrialização pesada (entre 1955 e 1970), o amplo programa de implantação da indústria de base e de bens de consumo durável modificou o padrão de dominação do mercado nacional, reforçando a concentração industrial verificada em São Paulo e nos seus arredores, o que gerou efeitos de bloqueio na periferia nacional (especialmente nos estados do Norte e Nordeste).

Além disso, é preciso salientar que o Estado brasileiro mostrou-se conivente com tal situação, o que institucionalizou o domínio, a fidelidade e a submissão política a essa classe mercantil representada, fundamentalmente, pelo latifúndio improdutivo e a especulação urbana na região Sudeste. É em meio a essa realidade que a questão regional começa a ganhar importância no país, pois (até então) tal questão estava ligada as medidas de combate à seca no Nordeste.

A partir de meados da década de 1950/60, amplia-se consideravelmente o arcabouço institucional de apoio regional que não se limitou ao surgimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sendo possível destacar a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Entretanto, ao mesmo tempo em que propostas de desenvolvimento regional começaram a ser elaboradas e discutidas, o padrão de acumulação e de desenvolvimento do setor de bens de produção através do Estado começou a dar sinais de esgotamento.

Com isso, no “novo ciclo”, iniciado em 1964 com o golpe militar, liquidou-se as proposições reformistas e de cunho progressista, atingindo completamente as propostas de cunho regional. Isto não significou o desaparecimento das políticas regionais, mas as colocaram em segundo plano frente às demais estratégias de desenvolvimento. A partir desse momento a situação tornou-se relativamente pior nas décadas seguintes, primeiramente com a concepção vigente nos anos 1970, onde era preciso crescer para somente depois distribuir e, em seguida, com a crise da dívida e a emergência das políticas neoliberais entre 1980 e 1990, que deram ênfase a questão da estabilidade monetária e abertura dos mercados. (Cano, 2006).

Portanto, apesar de algumas iniciativas no sentido de retomar as questões regionais como a implantação da nova SUDENE²⁰ em 2007, é nítido que as políticas regionais continuam em segundo plano, pois é baixa a atuação desses órgãos que, muitas vezes, disputam por recursos com outras áreas do governo. Ou seja, em relação a essas políticas ainda é necessário um projeto profundo e amplo no sentido de reativar essas áreas historicamente desprovidas de incentivos e, com isso, minimizar os efeitos da nítida desigualdade encontrada entre os estados brasileiros.

Além do fator regional, é evidente que grande parte da desigualdade também pode ser encontrada ao compararmos as zonas urbanas e rurais. Sobre o assunto, diversos autores já demonstraram a forma perversa com que a propriedade da terra foi distribuída, entretanto, Silva (2009) mostra que o Índice de Gini da terra no país, entre 2003 e 2006 permanece acima de 0,80 para quase todos os estados, com exceção daqueles localizados na região Sul do Brasil, onde há o predomínio da agricultura familiar. Assim, apesar das medidas tomadas no sentido de tentar regular a propriedade da terra, percebe-se a ineficácia da gestão agrária.

No entanto, da perspectiva econômica, na década de 1970 com a chamada “modernização conservadora” o meio rural brasileiro apresentou elevado nível de produtividade, ainda que o mesmo tenha sido realizado sob uma estrutura agrária extremamente concentrada, o que levou muitos analistas a descreditarem na

²⁰ Para maiores informações acerca da nova SUDENE, acessar: <http://www.sudene.gov.br/sudene#implantacao_sudene>.

necessidade de uma reforma agrária ou, ainda que existisse, tal medida estaria ligada somente a fatores sociais. Entretanto, Silva (2012) mostra que podem ser significativos os impactos locais dos assentamentos, inclusive para a elevação e diversificação da produção gerando efeitos econômicos significativos, desde que os projetos sejam bem planejados.

Nesse sentido, diversos estudos apontam para a necessidade de coordenação entre as políticas de redistribuição de terras e de apoio a produção e comercialização (especialmente em relação ao crédito e a assistência técnica no momento correto), além das políticas sociais e de infraestrutura, o que nos remete a necessidade de articulação das políticas econômicas e sociais.

Através dos dados da PNAD e da POF, foi realizada uma análise de multicritérios²¹ por Dedecca et. al. (2012) para a população rural e, segundo os resultados apresentados, nota-se que as famílias rurais apresentam indicadores semelhantes ao da média brasileira somente no que diz respeito à chefia feminina, mas em relação aos demais indicadores há uma sensível desvantagem. De acordo com a pesquisa, constata-se uma melhora para os indicadores de taxa de ocupação, nível de escolarização, participação do trabalho por conta-própria, esgotamento sanitário e uma redução expressiva da incidência do trabalho infantil.

Entretanto, ao observar o resultado para o conjunto do país, há desvantagem dos domicílios pobres rurais em termos de condições socioeconômicas, bem como a maior dificuldade em modificar estas condições, quando considerado o recuo da pobreza em termos de renda monetária.

Segundo Dedecca et. al. (2012, p. 44):

A situação de desvantagem dos domicílios pobres rurais é ainda melhor explicitada quando se apresenta seus indicadores de insuficiência ou desvantagem socioeconômica junto com aqueles encontrados para a população não pobre rural. Na maioria dos indicadores é encontrada uma situação de desvantagem para os domicílios pobres rurais. Mesmo quando estes possuem

²¹ A metodologia da pesquisa consiste em: adotar o critério de renda do Programa Bolsa Família (linha de indigência igual a ¼ do salário mínimo), identificando a população alvo do programa. Os indicadores de insuficiência ou fragilidade foram construídos para essa população, considerada como público-alvo da política de combate à pobreza, como também para a população total. Dentre os indicadores, encontram-se as seguintes dimensões: inserção do mercado de trabalho, renda familiar, acesso à terra, acesso à educação, perfil demográfico e condições de vida. A padronização dos indicadores visou situá-lo na amplitude de zero a dois, sendo a posição “zero” correspondente a situação limite de completa insuficiência, para “um” representando a situação média da população brasileira e “dois” aquela que expressa à situação limite de melhor posição. (Dedecca et. al., 2012).

indicadores próximos aos dos domicílios não pobres, o resultado revela uma situação de desvantagem comum aos dois segmentos.

Portanto, é possível afirmar que a análise multicritérios para o meio rural fornece as evidências necessárias para verificar as deficiências que se apresentam para o desenvolvimento dessas regiões, o que somado as avaliações acerca dos desafios a serem enfrentados pelos assentamentos, confere uma dimensão mais clara da realidade. Assim, há a necessidade de explorar as análises multicritérios, no sentido de ampliá-las para os locais onde reconhecidamente a desigualdade é maior e isso fica claro através das análises regionais e locais.

Dessa maneira, ao tratar da questão da desigualdade no país parece complicado afirmar que a mesma sofreu uma queda expressiva ao incorporar na análise fatores sociais, locais e regionais. Evidentemente houve uma melhora considerável, especialmente em relação às décadas anteriores, entretanto, é necessário frisar que tal melhora está relacionada com a renda corrente (devido as condições tanto do setor externo como interno da economia brasileira, com a elevação do salário mínimo, maior participação dos programas sociais e elevação do consumo). Assim, para realizar uma análise mais ampla e estrutural acerca da desigualdade no Brasil são necessários outros parâmetros e destacam-se os aspectos sociais, além de fatores estruturais como a elevada desigualdade regional e a desigualdade entre as zonas urbanas e rurais, marcas oriundas da forma de consolidação da economia nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar uma síntese dos principais trabalhos que tratam da temática acerca da evolução da desigualdade no país, é nítido que há uma inflexão nesse padrão durante a última década. Visto que, historicamente, o Brasil é um dos países mais desiguais do planeta, com o Índice de Gini chegando a 0,60 entre as décadas de 1970 e 1990, conseguimos nos anos 2000 atingir a marca dos 0,50 e, em algumas regiões, até 0,40. Dentre os diversos estudos aqui apresentados, é quase unânime a compreensão que a causa dessa acentuada queda nos indicadores está relacionada a melhoria na distribuição de renda corrente.

Tal fato está correlacionado com dois fatores principais: o primeiro diz respeito a incontestável importância da renda como indicador do nível de desigualdade, uma vez que as relações econômicas estão quase que totalmente monetizadas e, como complemento, mostra-se estatisticamente fácil obter dados a respeito da renda corrente das famílias, visto a disponibilidade de dados confiáveis oferecidos nos Censos Demográficos, PNAD's e POF's.

Sendo assim, a maioria dos trabalhos desenvolvidos nessa área centraliza suas análises nos dados referentes a renda corrente (antes da dedução dos impostos, visto a dificuldade em obter dados acerca do sistema tributário brasileiro), que apresentou significativa melhora especialmente entre os anos de 2001 e 2004, pois nesse período foram implementadas diversas políticas de cunho social, com destaque para o programa de transferência de renda Bolsa Família utilizado como modelo em iniciativas semelhantes em países da América Latina, a política de valorização salarial, de expansão do crédito e etc.

Entretanto, alguns trabalhos levantaram a seguinte hipótese: ao considerar outros indicadores, seria tão expressiva essa queda na desigualdade brasileira? Em relação aos possíveis indicadores a serem incorporados vale destacar: a renda relacionada ao patrimônio ou aos ativos (visto a expansão da financeirização após a década de 1970) e os aspectos sociais, entre eles: a questão agrária, ambiental, condições de vida, acesso à educação, saúde, ao mercado de trabalho, entre outros. Nesse sentido, pesquisas e estudos realizados por professores do Instituto de Economia da Unicamp, adotaram um novo critério para a mensuração da desigualdade no país, a análise multidimensional.

Segundo essa perspectiva, foram englobadas novas dimensões de acordo com a disponibilidade de informações segundo os dois principais bancos de dados disponíveis: a PNAD e a POF. A partir disso, foram padronizados indicadores referentes às condições de vida dessa população, que foi selecionada através do critério da renda, ou seja, àquelas que possuíam, no ano da pesquisa, renda inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo passaram a ser consideradas o público-alvo, a qual seriam analisadas posteriormente de acordo com cada indicador selecionado.

Assim, segundo estudo realizado para os anos de 2004 e 2008, ficou comprovado que ao incorporar as variáveis sociais, o desempenho da queda na desigualdade deixa a desejar. São inúmeros os problemas de acesso à infraestrutura e educação, refletindo em altos níveis de analfabetismo. Além disso, de acordo com as características estruturais do país, grande parte dos indivíduos considerados indigentes estão concentrados nas áreas rurais, devido a falta de políticas de desenvolvimento rural e, ao realizar uma análise com multicritérios para essa população, os mesmos pesquisadores chegam a conclusão de que a zona rural apresenta realmente uma maior desvantagem, em especial no que se refere às condições de infraestrutura.

Vale também mencionar a relevância da questão regional, pois essa também é uma marca presente, sendo nítida a diferença no número de indigentes presentes nas regiões Norte e Nordeste, em contraste com as regiões Sul e Sudeste. Tal cenário foi construído através da falta de estratégias para o desenvolvimento

dessas regiões, visto que desde a década de 1950 não foram realizados projetos expressivos de cunho regional no país.

Portanto, pode-se afirmar que apesar da expressiva melhora registrada na distribuição de renda corrente nos últimos anos, muitos ainda são os desafios para que a desigualdade seja efetivamente combatida no país, principalmente quando analisamos os indicadores sociais, tão relevantes quanto os demais para que a maioria da população consiga exercer o seu direito à dignidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.
- CANO, Wilson. **Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- CANO, Wilson. **Desconcentração Produtiva e Regional do Brasil (1970-2005)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.
- CRUZ, Márcio José Vargas; PESSALI, Huáscar Fialho. **As implicações da racionalidade limitada na elaboração de políticas compensatórias de combate à pobreza: uma análise do programa Bolsa Família**. In: *Anais do XII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)*, 2008.
- DEDECCA, Claudio Salvadori.; JUNGBLUTH, Adriana; TROVAO, Cassiano José Bezerra Marques. **A queda recente da desigualdade: relevância e limites**. In: *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Economia (ANPEC)*. Salvador, 2008.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. **As desigualdades na sociedade brasileira**. Campinas: IE, 2010. Mimeo.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. **Notas sobre crescimento, desenvolvimento e desigualdades no Brasil**. São Paulo: Debates Fundap, 2012. Mimeo.
- DEDECCA, Claudio Salvadori; BUAINAIN, Antônio Márcio; NEDER, Henrique; TROVAO, Cassiano José Bezerra Marques. **Uma Abordagem Multidimensional da Pobreza Rural segundo a Perspectiva da Política Pública**. In: *A Nova Cara da Pobreza Rural: desafios para as políticas públicas*. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Série Desenvolvimento Rural Sustentável. Vol 16. 2012.
- DRAIBE, Sonia Miriam. **A política brasileira de combate à pobreza**. In: *VELLOSO, João Paulo dos Reis. (org.), op. cit.* Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Tendências da distribuição de renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico**. In.: *TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur (org). A controvérsia sobre distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Nota técnica**. Brasília, 2006.
- PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo. MENDONÇA, Rosane. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**. IPEA, Textos para discussão n. 800, Brasília: 2001.
- SILVA, Patrícia Andrade de Oliveira e. **Impactos das políticas públicas sobre a pobreza no meio rural brasileiro, entre 2003 e 2006**. In: *Monografia (Graduação em Ciências Econômicas)*. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo: Conselho Regional de Economia de São Paulo, 2ª região, 2009.
- SILVA, Patrícia Andrade de Oliveira e. **O Debate em Torno da Reforma Agrária no Brasil: Uma Análise da Literatura Pertinente e a Busca de Comparação das Duas Vias em Execução**. In:

Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

SILVA, Patrícia Andrade de Oliveira e; RAMOS, Pedro. **Os Dois Principais Argumentos Contrários à Reforma Agrária no Brasil: O (suposto) alto custo e a (suposta) falta de público demandante.** 2012. Mimeo.

SALM, Carlos. **Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil: uma leitura crítica.** *In: Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil.* Capítulo 8. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2006.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004.** *In: IPEA, Textos para discussão n. 1166.* Brasília, 2006.

SOUZA, Luciana Rosa. **Desenho e Implementação dos Programas Bolsa Família e Juntos: construindo uma “curva de aprendizagem”.** X Seminário de Transferência de renda promovido pela FAO. Santiago do Chile, 2010.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **A criação do Bolsa Família.** *In: Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.